

NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

Igor Pires Zem El-Dine¹

Universidade Federal de São João del-Rei

Submetido em 23 de maio de 2020.

Aprovado em 29 de dezembro de 2020.

Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo, de Gabriel Nascimento, apresenta uma reflexão importante para os estudiosos da linguagem e para todos os que desejam aprender sobre a desigualdade racial na sociedade. Gabriel Nascimento é mestre em Linguística Aplicada, pela Universidade de Brasília (UnB), e doutor em Estudos Linguísticos, pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), onde coordena o projeto “Raça e resistência ao racismo em atividades de inglês no sul da Bahia: auto(bio)grafias da aprendizagem”. A obra de Nascimento (2019) trata das relações entre língua e racismo, temas pouco explorados pelos estudos linguísticos no Brasil, e se posiciona em relação aos debates de intelectuais negros, dando continuidade ao projeto anticolonial e à crítica decolonial contemporânea.

O livro encontra-se dividido em seis capítulos teóricos os quais discutem a força estruturante do racismo por meio da linguagem na sociedade. O primeiro capítulo aborda o papel da linguagem como objeto de uso ocidental que reforça os regimes colonialistas e, com efeito, nomeia e conceitua o mundo a partir de uma visão de dominação. Nessa perspectiva, a linguagem seria usada como ferramenta de poder sobre os não brancos, como, por exemplo, a partir da definição de “negro”, que, para os brancos, significa as mais diversas formas de identificação para fins discriminatórios, além de intensificar uma desresponsabilização pelo passado colonial.

Outro ponto articulado pelo autor é como a linguagem não só é utilizada para nomear e gerar exclusão, mas também como forma de estabelecer políticas públicas que excluem as pessoas negras. Há uma problemática que demonstra a negação do negro pelo próprio negro como estratégia para sobreviver à colonialidade e, assim, por meio

¹Licenciado em Letras-Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ/CAPES). E-mail: igorpzem@gmail.com.

da linguagem, assimilar padrões da branquitude. Nascimento (2019, p. 36) apresenta críticas sobre os sujeitos dos discursos que não conseguiram enxergar as diversas condições históricas para além do horizonte europeu. Nesse sentido, o autor dialoga com Hall (2009), sobre os limites do pós-moderno, e com Spivak (2010), a respeito dos limites dos teóricos pós-estruturalistas. Nascimento (2019) se posiciona alinhado ao pensamento crítico de Mbembe (2014) e à epistemologia que Alcoff (2006) atribui de “experiência de vida”, levando-se em conta as experiências vivenciadas pelas populações racializadas.

O segundo capítulo desenvolvido por Nascimento (2019) trata das contribuições de Frantz Fanon (2008), Achille Mbembe (2014) e Lélia Gonzalez (1983, 1988) acerca dos conceitos de branqueamento a partir da linguagem. Fanon (2008) introduz uma discussão entre linguagem e racialidade, utilizando metáforas para dar conta de uma estrutura de colonização que cria um complexo de inferioridade nos povos colonizados, uma vez que eles são submetidos a utilizar a linguagem da nação colonizadora. Para Mbembe (2014), as conceituações do termo “raça” produziram no Ocidente um sistema perverso de colonialidade, ou seja, a racialização do corpo negro foi construída para ser dominada e engendrada como mercadoria. Isso demonstra como a linguagem é uma ferramenta multiplicadora do racismo enquanto instituição básica e estrutural das nossas sociedades modernas (NASCIMENTO, 2019). Gonzalez (2014) dedicou-se aos aspectos da negritude na América Latina, a fim de reconhecer como vivem os amefricanos. A amefricanidade, então, “é uma categoria linguística (porque exige adaptação, reintegração e criação de novas formas)” (NASCIMENTO, 2019, p. 53). Os resultados do estudo revelaram que a africanização do português brasileiro é, por vezes, silenciada pela norma padrão, mas continua viva. Assim, Gonzalez (1983) chama de “pretuguês” a língua falada pelos negros, que de fato é discriminada, ignorada por preconceitos raciais provenientes das elites brancas, dos programas de ensino do português e dos jornais impressos.

No terceiro capítulo, Nascimento (2019) discute os conceitos de racialização, racialidade e raça. Para ele, “racialização é a enunciação que permite formar raça enquanto enunciado nas hierarquias de poder do sistema-mundo” (NASCIMENTO, 2019, p. 67). A racialização, para existir, necessita estar localizada em uma agenda da história, que, especificamente, é o colonialismo e o capitalismo. Nesse sentido, Nascimento (2019) recupera os estudos de Frantz Fanon (2008) para observar que “um

dos primeiros signos impostos pelo colonialismo foi a assimilação ao homem branco através da linguagem como forma de o sujeito negro ser supostamente aceito pela branquitude” (NASCIMENTO, 2019, p. 70). No Brasil, Nascimento (2019) aponta que “o colonialismo pode se manifestar (enquanto colonialidade) na linguagem e no sentido de se transformar em uma agenda política de opressão, produtora e reprodutora de desigualdades” (NASCIMENTO, 2019, p. 73).

Nascimento (2019) nos chama a atenção para o conceito de raça que seria um construto biológico, elaborado pela branquitude, além de dizer que o conceito de raça é fruto de violência e não de reivindicação da identidade. Dessa forma, “não se apenas produz os negros como a raça, mas também os brancos como aqueles não responsabilizados por essa criação” (NASCIMENTO, 2019, p. 76). Em outras palavras, o poder colonial impôs aos negros a necessidade de branqueamento, impedindo que eles sejam considerados uma raça. Assim, os brancos instituíram conceitos que no mundo ocidental produziram nos “outros” signos de dominação. Nascimento (2019, p. 79) entende “racialidade como a metafísica da raça, que vem sendo mudada a partir da resistência”. Como consequência, a ideia de racionalidade esteve ligada ao pensamento dos brancos e “sobrou aos negros a culpa pela escravidão e pela irracionalidade daquele sistema de trabalho escravo” (NASCIMENTO, 2019, p. 81).

No quarto capítulo, Nascimento (2019) introduz o pensamento decolonial, sobretudo de pensadores negros, para ir além das razões linguísticas e demandar um posicionamento epistemológico frente à ontologia dos negros, isto é, de falar a partir de um lugar de fala. O autor busca, então, diversos pensadores como Talal Assad (2003), Stuart Hall (2009), Angela Davis (2003) e Souza (2011) para dialogarem sob uma perspectiva que retira a Europa do centro, numa tentativa de reequilibrar o pensamento intelectual através dos países que foram colonizados. Nascimento (2019) reitera que a *práxis* é um conceito e, também, um discurso, que são centrais para entender o papel da linguagem. A *práxis* só ganha sentido por meio da heterogeneidade da luta dos negros e de suas experiências, sendo assim, “as lutas entre guerrilhas, quilombos e movimentos pró-independência, que levaram a abolição da escravatura, podem ser identificados como *práxis* decolonial na luta dos negros brasileiros, muitas vezes não reconhecidas” (NASCIMENTO, 2019, p. 89-90).

O quinto capítulo dedica-se a traçar alguns paralelos sobre fragmentos da história brasileira em que raça e linguagem foram utilizados como objetos de

dominação. Nascimento (2019) demonstra como a política de línguas no Brasil é para brancos e demarcada pela dominação dos colonizadores. O autor apresenta um resumo histórico sobre a política de ensino de línguas no país, evidenciando a implantação de um projeto nacionalista que visava o aprendizado da língua estrangeira como forma de fortalecimento do país enquanto nação. No contexto brasileiro, a língua inglesa passou a ser difundida nas escolas públicas e nos cursos privados de idiomas, em que só a classe média branca e os ricos podiam frequentar. Dessa forma, o pesquisador aponta que o privilégio dos brancos em relação aos aspectos históricos analisados evidencia que a língua continua a ser um objeto de dominação e de purificação de um projeto colonial, em que índios e negros não têm sequer participação na proposição de políticas públicas educacionais.

O último capítulo retoma algumas reflexões discutidas anteriormente, destacando a ideia de como a língua foi colocada como filha do epistemicídio ocidental, ou seja, a colonialidade não só provocou o genocídio de populações, mas possibilitou o chamado *linguicídio*, que, por sua vez, extinguiu qualquer interação que parecesse com a língua dos povos colonizados (NASCIMENTO, 2019). Além disso, a concepção de raça é problemática para os brancos, porque apagam seus rastros de responsabilidade sobre o mundo, assim, racializar o sujeito branco demonstra que eles não são iguais e nem universais, principalmente em comparação com os povos colonizadores mais racializados. Nascimento (2019) adota uma perspectiva raciolinguística para ressaltar a necessidade de combater as práticas racistas que desumanizam e animalizam os corpos negros do país. Assim, é por meio da linguagem que a educação passa a ser fundamental na transformação dos sujeitos, das identidades em relação ao mundo.

A obra oferecida por Gabriel Nascimento é uma oportunidade para entendermos o uso da linguagem na vida social. O livro é didático e introdutório para ensejar um debate sobre como as identidades são racializadas e de que forma a linguagem pode ser utilizada para manutenção do racismo no Brasil. Nesse sentido, por meio de uma perspectiva decolonial, Nascimento nos possibilita uma imersão aos estudos de intelectuais negros, demonstrando as consequências da colonização por qual passamos e a perpetuação dela, que continua viva. Diante disso, a linguagem e o preconceito racial são manifestações, também, promovidas pelo “falar e falado” das línguas racializadas.

A leitura desta obra é recomendada principalmente a alunas e alunos de graduação e pós-graduação em Letras, bem como estudantes que se interessam pela

temática dos Estudos Culturais e Linguísticos, além de pesquisadores e pesquisadoras da área que procuram por novas perspectivas decoloniais e etnicorraciais nas quais perpassa a linguagem. Os diversos apontamentos teóricos presentes na obra elucidam a necessidade de reflexão quanto aos nossos papéis de sujeitos sociais e agentes de transformação do mundo e da sociedade.